Construir imagens, produzir estereótipos: a imprensa escrita e a cristalização de representações distintas entre meninos e meninas em situação de rua, Criciúma – SC (1980-2000)

Building images, produce stereotypes: the press and the crystallization of distinct representations of boys and girls on the street, Criciuma–SC (1980-2000)

Elisangela da Silva Machieski
Mestranda, PPGH-UDESC
elis_mach@hotmail.com

Resumo: A partir do início do século XX, no Brasil, os discursos sobre a infância passaram a afirmar que o infante quando desamparado econômica e/ou moralmente pela família necessitaria de intervenção estatal. Nesse contexto, o menor torna-se alvo do discurso médico, pedagógico, psicológico e jurídico. Aqui, cabe destacar o papel da imprensa escrita – jornal – que através de denúncias, propaga uma campanha moralizadora e, assim, idealiza a proteção e o amparo para os infantes pobres e abandonados. Este estudo, procura analisar, através do jornal Tribuna Criciumense, selecionados entre 1980 e 2000, o discurso jornalístico que ao escrever suas "verdades" cristalizava práticas, que acabavam por estereotipar os sujeitos sociais, com representações distintas entre meninos e meninas.
Palavras-chave: Jornal; Menor; Estereótipos; Meninos; Meninas.

Abstract: From the beginning of the twentieth century in Brazil and the discourses about childhood began to say that the helpless infant when economic and/or the family morally require stat intervention. In this context, the smaller becomes the target of medical discourse, pedagocical, psychological and legal. Here, we highlight the role print media – newspaper – that through complaints, propagates a moralizing campaign and thus idealizes the protection and shelter for the poor and abandoned infanrs. This study tries to analyze, through the Tribuna Criciumense, selected between 1980 and 1990, the journalistic discourse when writing his "truths" crystallized practices that ended up stereotyping the social subjects, depicting different between boys and girls.
Key Words: Newspaper; Smaller; Stereotypes; Boys; Girls.

"A criança é o futuro da nação" essa frase, na atualidade, semeada no senso comum, teve sua origem vinculada ao processo de transição do período monárquico para o republicano. Nesse contexto, a identidade da criança é vinculada a um ser frágil, dócil, saudável e principalmente como um ser em formação. Esse ideário de infância passou a ser ameaçado pelas crianças de rua, essas que criadas no seio do vício, passariam no futuro a serem reprodutoras da desordem. Vistos na qualidade de futuros cidadãos, não deveriam ficar a vagar pelas ruas, deveriam ser retirados da marginalidade. A criança em situação de rua, a

partir desse período, tornou-se alvo de um projeto político que tinha por objetivo transformar o Brasil em uma nação civilizada, aos moldes dos países europeus.

Durante o século XX, o problema da infância pobre e sua crescente criminalização foi objeto de discussão que envolveu diferentes setores e campos de saber como o médico, o jurídico, o pedagógico, o psicológico. A implementação do Código de Menores, em 1927, apresentou a possibilidade de firmar uma legislação de proteção e assistência aos menores. Foi nesse movimento em busca por uma definição da infância que surgiu o termo menor. O estereótipo do menor passou a ser construído tendo como baliza os fatores de ordem social, econômica, moral e psicopatológica. Assim, o menor passou a ser considerado como uma criança abandonada e delinquente. Excluídos do cenário escolar, essas crianças perambulavam pelas ruas, um contraponto da noção de infância civilizada.

No contexto da ditadura civil-militar, instituída em 1964, qualquer ato, até mesmo perambular pelas ruas seria motivo para ser levado/a aos internatos. Cabe lembrar que foi nesse período que surgiu a Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM). Com o fim da ditadura, na década de 1980, várias foram as denúncias de práticas punitivas em exagero contra as crianças e adolescentes. A partir desses fatos, se anunciou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com sua implementação em 1990. A partir da referida lei, o Estado brasileiro passou a assumir a responsabilidade com todas as crianças e adolescentes, e não só com aqueles que são autores/as de atos infracionais, os considerados menores.

Nesse sentido, cabe destacar o papel da mídia impressa na propagação de um ideal de infância e juventude, com base no pensamento burguês. Os discursos dos jornais propagavam uma campanha moralizadora através de denúncias, e, assim, idealizavam a proteção e o amparo para os infantes pobres e abandonados. O jornal, assim como qualquer outro documento, ao ser considerado uma fonte deve ser entendido como algo produzido por um sujeito que está inserido dentro de um contexto e impregnado pelos discursos que nele circulam. O discurso jornalístico é fruto de uma realidade, ou seja, está visceralmente ligado ao seu tempo. Desse modo, pode ser encarado como via de mão dupla, ao mesmo tempo em que é formador de opinião sofre influência dos discursos que circulam no meio ao qual está inserido. Ao considerar os discursos jornalísticos como formadores de opiniões, deve-se levar em conta que estes estão inseridos no contexto em que foram criados, como porta-voz da sociedade e nessa partilha de quem escreve e quem lê, definiam-se os papéis sociais. Os redatores, mesmo quando não nomináveis como no caso da Tribuna Criciumense, estavam

sempre evidentes e terminavam por criar representações que incidiam na dinâmica social. Assim como os redatores, os destinatários faziam-se presentes o tempo inteiro, ora como leitores, que os redatores buscam formar, ora como fornecedores do discurso a ser veiculado. A partir dessa interação busca-se perceber as representações sociais, e os projetos que estavam em jogo e, assim, as possibilidades para se chegar ao objetivo almejado.

O foco desse artigo será analisar a construção discursiva da imprensa em relação ao menor abandonado, e assim, perceber/analisar como suas imagens são construídas, como seus comportamentos são representados, com o objetivo de evidenciar as diferenças de gênero em suas práticas cotidianas. A fonte dessa pesquisa são jornais, na verdade, um jornal específico: Tribuna Criciumense. Fundado em 1955, com publicação semanal e com circulação restrita ao território municipal de Criciúma, assim funcionou até 1999, quando passou a ter publicação diária.

O comportamento editorial da mídia impressa na cidade de Criciúma, assim como a imprensa escrita de maneira geral, deve ter seu discurso entendido como um processo de construção daquilo que é considerado verdade, ele cria papéis, ideais de conduta, estigmatiza sujeitos. Na década de 1980, em Criciúma, os jornais passavam a retratar o problema social dos menores com forte veemência. Vários foram os artigos e páginas que destacavam o cotidiano dessas crianças, intituladas de menores. No recorte temporal selecionado, ou seja, entre 1980 e 2000, foram encontradas cerca de vinte reportagens relacionadas à temática dos menores abandonados.

Na tentativa de visualizar a capacidade dos jornais de gerar discursos, procurou-se, no decorrer dessa pesquisa, perceber o uso de palavras-chaves que interligassem todas as reportagens selecionadas. Uma análise desse recorte temporal permite olhares que vão identificar tanto o que muito aparece, como o que pouco, ou quase nada aparece. Nesse contexto, o termo menor foi o que apareceu com maior frequência, em sequência apareciam mendicância, pequenos furtos e drogas. Deve-se, nesse momento, destacar a palavra "prostituição" que pouco aparecia e quando utilizada era apenas citada, sem nenhum tipo de contextualização ou problematização, mesmo quando esse fator se fazia presente no cotidiano da época. Nesse sentido cabe analisar quem fala, como fala, para quem fala, de quem fala e por que fala. Assim como também o que silencia, como no caso da "prostituição". Ao não falar especificamente da prostituição, o jornal lidava com o tabu de falar sobre sexo e sexualidade no seu quesito mais agravante: prostituição e aliciamento de crianças. Na década

de 1980 apenas algumas reportagens abordavam essa problemática, mas em nenhuma o tema é tratado especificamente. A temática sempre aparece somada a outros fatores de infração cometidos pelos menores. Já na década de 1990 o termo é utilizado nos textos um pouco mais sendo que se pode perceber seu uso em duas reportagem. uma de caráter especial.

Ao partir para análises das reportagens pode-se perceber que a maioria delas, em principal na década de 1980, apresenta apenas referências genéricas sobre as crianças sem marcas como idade, sexo ou etnia, apenas o fato de serem abandonadas, delinquentes. E isso, geralmente, aparece associado aos atos de mendicância, como podemos perceber nas reportagens a seguir:

> A mendicância ainda é um grave problema nas principais cidades do sul de Santa Catarina. Mais especificamente, Criciúma, a cada dia é invadida por pedintes solicitando dinheiro nos bares, nas ruas, no calçadão e agora indo de porta em porta. Como se não bastassem os mais velhos, agora pequenas crianças orientadas por adultos vivem todos os dias sob chuva, sol ou frio, mendigando por dinheiro.[1]

> Cresce assustadoramente o número de pedintes no centro criciumense, principalmente nas imediações da Praça Nereu Ramos, no calçadão. São *crianças* [grifo meu] portando cartazes feitos de papelão, papel comum e outras formas de solicitações à população, na tentativa de arranjar algum trocado. Dirigidas por adultos essas crianças ficam perambulando pelas ruas centrais e calçadão até a calada da noite, puxando o braço do transeunte, solicitando apenas dinheiro e, negando-se a pegar comida, que em muitos casos é oferecida. Se não bastasse as crianças, sujas de propósito para chocar os indefesos.[2]

Os trechos selecionados são de reportagens que datam os três primeiros anos da década de 1980, em ambos não existe nenhuma referência identitária para com as crianças. Não existe nenhuma menção a idade, sexo, etnia apenas mostra que as crianças pedem esmolas sob orientação de alguns adultos. Diferente, apresenta-se a reportagem a seguir, essa, por sua vez, apresenta apenas a faixa etária das crianças, mesmo que em uma escala extensa.

> Crianças na faixa etária de cinco a doze anos, estão novamente batendo de porta em porta mendigando a caridade pública. O surgimento de novos esmoleiros e de *crianças* [grifo meu] esfarrapadas pelas ruas centrais da cidade recompõe um quadro constrangedor, que há três anos começou a ter

[1] Mendicância ainda é um grave problema no Sul. Jornal Tribuna Catarinense, n° 1391, 13 de novembro de 1982, página 10.
[2] Pedintes invadem Criciúma. Jornal Tribuna Criciumense, n° 1463, 10 de dezembro de 1983, página 9.

> mudada sua imagem. [3]

Ao analisar esses trechos, tendo em vista a organização social do período e optarmos pela abordagem através do viés do gênero podemos perceber que infância abandonada apresentava-se sem diferenciação de sexo, ou indo além podemos encará-las como criança universal, um ser assexuado. A maioria das reportagens no contexto da década de 1980, assim como os trechos apresentados, não abordava a diferenciação de sexo. Esta apenas trazia o termo "crianças" utilizada de um modo universalizante.

Ainda no contexto da década de 1980, a reportagem a seguir é a primeira em que se pode observar a distinção de sexo

> Munido dessas reclamações que chegaram até nossa redação passamos a acompanhar de perto os passos de alguns desses *garotos* [grifo meu] e notamos primeiramente que realmente não aceitam qualquer tipo de esmolas, ou seja: um prato de comida, pão, roupas usadas, alimentos crus. Em segundo lugar (...) chegamos até o centro da cidade – Praça Nereu Ramos onde cinco garotos, por volta das 17: 30 horas, num banco do jardim, passaram a contar o dinheiro, resultando em uma arrecadação de dar inveja a qualquer assalariado mais de Cr$ 60 mil, correspondendo tranquilamente a um valor maior que cr$ 10 mil para cada esmoleiro(...) Ao notar a nossa presença o alegre grupo foi se dissolvendo, permanecendo apenas dois garotos que na verdade não tinham mais de dez anos de idade. (...) Sentamos ao lado dos garotos passando a conversar amistosamente, para depois entrar no assunto tão desejado. De imediato perguntamos de onde teria vindo tanta grana? Um dos garotos afirmou ter surgido através de doações. Um valor angariado de Cr$ 12.500,00, sendo que quase a metade iria a uma pessoa de nome... e a outra levavam para casa.[4]

Ao fazer a substituição do termo criança por garoto a reportagem acaba por associá-lo a um gênero: o masculino. E isso por sua vez, quebra com a noção de "criança universal" para que se encontravam em situação de rua, como era abordado nas reportagens anteriores. Porém, cabe ressaltar que algumas reportagens posteriores a essa continuavam a utilizar a criança como ser sem sexo.

A partir da década de 1990 pode-se perceber que as reportagens, em sua grande maioria, não faziam mais uso do termo criança ou menor em um sentido universal, ou seja, com o intuito de englobar os dois sexos. Ao contrário, apresentavam as categorias meninos e meninas e/ou garotos e garotas. Como a reportagem a seguir

[3] Crianças voltam a pedir esmolas. Tribuna Criciumense, 07 de fevereiro de 1981, página 9.
[4] A máfia da esmola invade Criciúma. Jornal Tribuna Criciumense, n° 1484, 02 de janeiro de 1984. Capa.

> Os problemas causados por menores que apresentam desvio de conduta estão se tornando cada vez mais graves em Criciúma. A cada dia que passa mais amplia o contingente de *meninos e meninas* [grifo meu] de ruas que perambulam pela cidade praticando pequenos furtos, se prostituindo, assaltando loja e pedestres e cometendo outros delitos, sem que se tome uma iniciativa séria e responsável, no sentido de reeducá-los. Muito embora a Constituição Federal estabeleça que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, dezenas de menores continuam marginalizados, sem lar, sem escola, sem saúde, sem trabalho e sem a menor perspectiva de uma condição de vida compatível com a dignidade humana. Os nossos governantes, desgraçadamente, se mantêm invisíveis negligenciando suas obrigações em relação ao atendimento da população infanto-juvenil. Com isso estão contribuindo para a desestruturação da sociedade do futuro e a aceleração da escalada da violência no país. Criciúma necessita urgentemente de um estabelecimento especializado que promova a reintegração social desses menores. Entretanto, o único Centro de Integração Provisória existente acabou sendo interditado por determinação do juizado de menores devido a precariedade de suas instalações.[5]

Ao pensar gênero na dinâmica social, percebe-se que a construção de masculinidades e feminilidades acontecem por meio de processos que atravessados por símbolos, discursos, práticas, representações nas quais as identidades vão se (re)articulando e ocupando diferentes papéis e lugares sociais. Ao relacionarmos identidade de gênero com o cotidiano dessas crianças apresentados pelos jornais podemos perceber, dentro do discurso jornalístico, um diferencial apresentado para cada um dos sexos. Esse diferencial está diretamente associado aos tipos de funções, as meninas em situação de rua apareciam vinculadas, nas reportagens, a prostituição. Já os meninos apareciam somados ao ato de mendigar e pequenos delitos. Para facilitar esse entendimento, fez-se a seleção de duas reportagens, ambas exerceram destaque entre as demais por terem destinadas a sua escrita uma página inteira, não comum para o período, no jornal Tribuna Criciumense.

Intitulada "Problema do menor infrator deixa perplexa a população de Criciúma". A reportagem, datada de primeiro de setembro de 1995, apresenta algumas peculiaridades, a que merece maior destaque é a entrevista realizada com os menores, todos do sexo masculino. As entrevistas tinham temas diversos: história de vida, drogas, infrações, família e prostituição, sendo a última relacionada às meninas. Ao fazer uso de nomes fictícios, obedecendo aos parâmetros do Estatuto da Criança e do Adolescente, a repórter transcreve as falas dos

[5] Problema do menor infrator deixa perplexa a população de Criciúma, Jornal Tribuna Criciumense, 01 de setembro de 1995, página 3.

menores. A reportagem inicia-se com a narração do cotidiano da época ao apresentar o fato que o número de menores ampliava-se a cada dia, e continuava com os relatos de que a gravidade dos crimes, cometidos pelos "pequenos", só aumentava.

> Os problemas causados por menores que apresentam desvio de conduta estão se tornando cada vez mais graves em Criciúma. A cada dia que passa mais amplia o contingente de meninos e meninas de ruas que perambulam pela cidade praticando pequenos furtos, se prostituindo, assaltando loja e pedestres e cometendo outros delitos, sem que se tome uma iniciativa séria e responsável, no sentido de reeducá-los.[6]

Como as reportagens anteriores, essa pode também ser considerada como um meio de chamar atenção das autoridades, de buscar uma saída para retirar essas crianças das ruas. Pode-se perceber isso em algumas partes da reportagem na qual destaca-se:

> Muito embora a Constituição Federal estabeleça que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, dezenas de menores continuam marginalizados, sem lar, sem escola, sem saúde, sem trabalho e sem a menor perspectiva de uma condição de vida compatível com a dignidade humana.
> Os nossos governantes, desgraçadamente, se mantêm invisíveis negligenciando suas obrigações em relação ao atendimento da população infanto-juvenil.[7]

Outro ponto que merece destaque, além das entrevistas apenas serem realizadas com meninos, é a veiculação das idades dos menores entrevistados, fato que era ausente nas reportagens anteriores.

> Marcos tem 13 anos de idade e contou que está na rua desde que seu pai matou sua mãe e foi para a cadeia. (...) Fabiano, de 13 anos, é mais uma vítima desse submundo, e conta que resolveu sair de casa depois que o pai faleceu. (...) O F. B. tem 16 anos de idade, e embora afirme que reside com a sua avó em Siderópolis, logo se percebe que ele está mentindo.(...)[8]

As crianças passam a ter uma identidade, além de sexual, quando são apontados como meninos, apresenta-se também a idade, porém o quesito etnia não é mencionado em nenhuma das reportagens. As falas dos meninos, representadas pelo jornal, são muito

[6] Até agora um problema sem solução. Op cit
[7] Até agora um problema sem solução. Op cit.
[8] Idem

semelhante, assim como suas histórias, ligados ao abandono familiar ou abandono do lar por maus tratos esses meninos foram para as ruas, recuso de ir para instituições de abrigo e o uso de cola de sapateiro.

> Marcos tem 13 anos de idade e contou que está na rua desde que seu pai matou sua mãe e foi para a cadeia. Não possui parentes e diz que nenhuma instituição quer aceitá-lo por que já fugiu três vezes. A cola de sapateiro que eles costumam cheirar com muita freqüência, é adquirida por um elemento, maior de idade conhecido por Marcio Louco e que reside no bairro Cidade Mineira.
>
> Fabiano, de 13 anos, é mais uma vítima desse submundo, e conta que resolveu sair de casa depois que o pai faleceu. A mãe dele mora no bairro Tereza Cristina, casou com outro homem e segundo Fabiano, trata-se de um verdadeiro marginal. "Ele fuma maconha, e é muito violento e não trabalha", afirmou o garoto. Relata que foi obrigado a sair de casa porque o padrasto queria que ele andasse pelas ruas pedindo esmolas e praticando furtos, e quando não conseguia dinheiro era espancado.[9]

Ainda na perspectiva de apresentar as histórias de vida desses garotos, um dos fragmentos chamou muita atenção:

> O F. B. tem 16 anos de idade, e embora afirme que reside com a sua avó em Siderópolis, logo se percebe que ele está mentindo. Na verdade ele é mais um marginalizado que cheira cola de sapateiro, consome drogas, e já se enveredou pela senda do crime, como ele próprio acabou confessando. Ele disse que um grupo de menores é liderado por um bandido conhecido apenas por Eduardo. Esse elemento seria responsável pelos delitos que são praticados pelos meninos de rua.

Aqui pode-se perceber o jornal como um produtor de verdade, umavez que publicou-se a fala do garoto e a seguir emitiu parecer afirmando aquilo possivelmente seria uma mentira. E por fim, esse mesmo fragmento indica a formação de uma possível quadrilha que seria liderada por um adulto.

A temática da prostituição, como afirmado anteriormente, não aparecia com frequência, mesmo quando fazia parte do cotidiano da época. Foi nessa reportagem que ela apareceu pela primeira vez. Ao ser citada por um dos garotos, a temática apareceu como pano de fundo

[9] Problema do menor infrator deixa perplexa a população de Criciúma. Op cit

> O F. F. de 13 anos foi o que menos falou, talvez com medo de sofre alguma represália por parte de seus companheiros. Ele não quis dizer quem é que compra a cola de sapateiro, mas afirmou que é uma tal de Elaine, de 19 anos de idade, residente em Braço do Norte, quem se encarrega de prostituir as meninas de rua em Criciúma. Se isso vem realmente acontecendo a falha é da autoridade policial que já deveria ter tirado essa mulher de circulação, além de indiciá-la em inquérito por vadiagem e por corrupção de menores.[10]

Ao adentrar no assunto de prostituição apresenta-se a segunda reportagem "Até agora um problema sem solução", datada de oito de novembro de 1996. Essa reportagem tratou exclusivamente sobre a temática da prostituição. Embora ao iniciar a reportagem pode-se perceber o emprego do termo crianças, o restante do texto faz menção apenas às meninas. Como podemos perceber nos fragmentos:

> A prostituição infanto-juvenil em Criciúma está assumindo proporções alarmantes. Cada vez mais crianças perambulam pelas ruas da cidade, cobrando de 30 a 100 reais por um programa. A maioria delas tem menos de 14 anos de idade, e a própria polícia militar não acredita numa solução definitiva do problema, enquanto forem mantidos os métodos até aqui adotados. Elas são retiradas de circulação, mas no dia seguinte estão novamente nas ruas se prostituindo.
> Na semana passada, quatro cidadãos estavam deixando o seu local de trabalho, por volta da 1 hora e 30 minutos da manhã, quando foram abordadas por duas menores.Com a maior naturalidade elas se ofereceram para fazer um programa, incluindo sexo oral. Estarrecidos, eles se comunicaram com a policia militar. Ao perceber a aproximação da viatura, as duas se evadiram, conforme relatou o sargento Hamilton do 9º Batalhão de Policia Militar de Criciúma. Conforme o policial, as referidas menores já são bastante conhecidas, e costumam fazer ponto na avenida Centenário, defronte ao Giassi Supermercados. A mais velha tem 14 anos de idade, e sua irmã agora deve estar com sete. [11]

Desse último fragmento podemos perceber, assim como na reportagem dos meninos, o fato de apresentarem as idades das menores. A faixa etária dessas meninas variava entre sete e dezesseis anos. Outro ponto importante é pensar a utilização desses "serviços" oferecidos pelas menores. Embora o jornal ressalte o espanto de alguns homens que acionaram a polícia, pode-se concluir que muitos outros fizessem uso dos "serviços" prestados por essas meninas.

[10] Problema do menor infrator deixa perplexa a população de Criciúma. Op cit
[11] Até agora um problema sem solução. Op cit

Afinal a própria reportagem enfatiza que as mesmas eram "bastante conhecidas" da polícia, sendo inclusive que sabiam a localização de seu "ponto".

Nessa reportagem, podemos perceber que as meninas também ganharam voz. Uma delas, sem ser identificada, falou abertamente sobre sexo, álcool, drogas e virgindade. Esse último aspecto remete ao valor da noção virgindade na época. Esse aspecto tão ligado a moral e aos bons costumes, quando trazido para o cotidiano das meninas que se prostituem foi remetido em valor comercial, perder a virgindade somente quando o valor for compensatório como aponta a fala da menor:

> Chegada pela manhã, completamente embriagada, e admitiu que está nas ruas se prostituindo desde os oito anos, mas só no ano passado é que perdeu a virgindade. Contou que a maioria das meninas faz sexo oral com os clientes, e a primeira experiência somente acontece, quando a proposta é compensadora. Essa menor, aparentemente não tem traumas e gosta da vida que leva. "Na prostituição a gente não tem um chefe. Cada um se vira por si e se defende como pode, fazendo seu próprio preço."[12]

Além das falas dos/as menores essa reportagem traz um fator curioso, que até então não apareceu nas reportagens anteriores: a utilização de vozes especializadas para tratar da questão dos/as menores de rua, nesse caso estreitamente ligado a prostituição. Primeiro apresentou-se a fala de uma Conselheira Tutelar que abordou a questão de reintegração social e familiar dessas menores. Abaixo afirmação da mulher:

> Fazendo uma análise mais profunda dessa questão, a conselheira Ana Emilia Koche Nunes Cruz, observa que se torna muito difícil a reintegração social dessas menores, por que geralmente são oriundas de famílias desestruturadas. Muitas delas foram estupradas pelos padrastos ou pelo próprio pai, e são forçadas a se prostituirem para auxiliar no orçamento doméstico. "Para lidar com essa situação, há necessidade de gente especializada nessa área, e o Conselho Tutelar não tem se quer, uma psicóloga. Os leigos podem colaborar, mas a solução do problema é muito mais complexa do que se possa imaginar.

Depois fez uso do espaço o delegado Adauto de Souza, que afirmou que "a prostituição infantil é muito mais uma questão social, do que um problema da alçada da polícia. Partindo dessa premissa, entende que as instituições existentes no município e que

[12] Idem

atuam nessa área devem ser melhor estruturada para atender essa demanda"[13]

Na busca por findar com essa prática, algumas medidas foram tomadas. Uma destas medidas foi a institucionalização dessas meninas em uma casa de recuperação como informava a reportagem:

> A cada semana é feita um blitz na Avenida Centenário, e as meninas são levadas à Casa de Recuperação Vida Nova. Essa instituição funciona em regime aberto, e a maioria delas acaba fugindo, dias depois do internamento. Rosilaine reconhece que esse trabalho, apesar de meritório, não tem surtido muito efeito. "por que as meninas que são recolhidas voltam para as ruas e continuam se prostituindo."[14]

Mas, assim como as outras medidas, apresentadas em reportagens anteriores, também foi apontada como inadequada e/ou insuficiente.

Ao folhear esses jornais, em um contexto geral, pode-se perceber que a história dessas crianças está, estreitamente, relacionada ao contexto social e econômico na qual estavam inseridas. Esses menores, que eram apontados como delinquentes, pedintes ou esmoleiros eram, ao mesmo tempo, retratados como crianças que necessitavam de proteção. Como duas faces de uma mesma moeda, a notícia selecionada anunciava não apenas o menor abandonado que necessitava de proteção, mas também o constrangimento que o mesmo impunha à sociedade na qual estava inserido. Esses discursos sintetizavam sob os menores um estereótipo criminal, que impregnados de moral tinham, entre outros objetivos, o de livrar o espaço público desse mal social. Entre o discurso da prevenção e da regeneração surge o abrigo. As propostas de constituição de abrigos buscavam atender as demandas de assistência, prevenção e a cura a infância abandonada. Várias das reportagens apresentavam os abrigos como solução, mas esse ainda era algo precário como aponta o trecho selecionado:

> Com os poucos recursos que dispõe, a Assessoria Especial para Assuntos da Família tem feito o que pode, segundo ele. " No momento nós estamos desenvolvendo alguns programas de reeducação de menores infratores, e cerca de 40 delas já foram retirados das ruas. Porém, existem mais de 30 casos que por enquanto não foram resolvidos".[15]

Outro ponto que merece destaque são as mudanças na forma de referir-se aos

[13] Até agora um problema sem solução. Op cit
[14] Idem.
[15] Até agora um problema sem solução. Op cit

menores. Com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, a nomenclatura menor e os adjetivos que o acompanhavam – abandonado, infrator, carente – aparecem em um número reduzido, quando comparadado com a década de 1980, sendo substituída por crianças.

Com um olhar mais especifico, ao pensar o jornal como um meio de divulgação de discursos, e que esse por sua vez cristaliza estereótipos pode-se perceber, no que se refere as crianças em situação de rua, que em um primeiro momento em principal na década de 1980 as crianças aparecem como assexuadas, sem distinção de papéis para cada um do sexos. No contexto da década de 1990 existe a cristalização de representações distintas para os meninos e as meninas. Os primeiros são apresentados como pedintes, pequenos infratores, drogados, já as meninas aparecem vinculadas a prostituição infantil. Será que não existiam meninos que eram aliciados ou meninas que praticavam o ato de mendigar ou seria essa uma questão de gênero?

Fontes

A máfia da esmola invade Criciúma. Jornal Tribuna Criciumense, n° 1484, 02 de janeiro de 1984. Capa.

Até agora um problema sem solução. Jornal tribuna Criciumense, nº 2446, 08 de novembro de 1996, p.13

Crianças voltam a pedir esmolas. Tribuna Criciumense, 07 de fevereiro de 1981, página 9.

Mendicância ainda é um grave problema no Sul. Jornal Tribuna Catarinense, n° 1391, 13 de novembro de 1982, p 10.

Pedintes invadem Criciúma. Jornal Tribuna Criciumense, n° 1463, 10 de dezembro de 1983, p 9.

Problema do menor infrator deixa perplexa a população de Criciúma, Jornal Tribuna Criciumense, 01 de setembro de 1995, p 3.

Referências

ALVES, Ismael Gonçalves. Pequenos desventurados meninas e meninos em notícias:

protagonistas de um dantesco espetáculo, onde a miséria possui papel preponderante – (Criciúma 1950-1960). Disponível em http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=301

AREND, Silvia Maria Fávero. Filhos de Criação: Uma História dos menores abandonados no Brasil (década de 1930). (Tese de Doutorado) UFRGS, 2005.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. São Paulo: LCT, 1981.

BAPTISTA, Myriam Veras(org). Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação. São Paulo: Instituto Camargo Correa, 2006.

BELELI, Iara. Corpo e identidade na propaganda. Revista Estudos Feministas. Florianópolis. v. 15, n. 1, 2007.p. 193-215.

BORGES, Ângela. Família, Gênero e Gerações. São Paulo: Paulinas, 2007.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13/7/90.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito do feminismo. Cadernos Pagu. (19) 2002, p. 80.

COUTINHO, Rocha Maria Lucia. Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994

D'INCAO, Maia Ângela. Mulher e família burguesa. História das mulheres no Brasil. Org PRIORE, Maria Del. São Paulo: contexto. 1997.

FILHO, Alcides Goulart. Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

FILHO, Archimedes Naspolini. Criciúma, orgulho de cidade: Fragmentos da história de seus 120 anos. Criciúma: Ed do autor, 2000.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (org) História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997

FOUCALT, Michel. A Ordem dos Discursos. 11ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. Vigiar e Punir: História da violência nas prisões. 5ª ed. Petrópolis: editora Vozes, 1987.

_____. Microfísica do poder. 17ª edição. São Paulo: ed Graal, 2002.

KOCOUREK, Sheila. Nas dobras da história: O desafio do conselho municipal dos direitos da Criança e do adolescente na construção da cidadania para o século XXI. (Tese de doutorado em Serviço Social), PUCRS, 2006

MARCÍLIO, Maria Luiza. História social da criança abandonada. São Paulo: Hucitec, 1998.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Estudos Feministas. Florianópolis, vol.8, n.2, p. 09-41 Florianópolis: UFSC, 2009.

PASINATO, Wânia. Questões Atuais sobre gênero, mulheres e violência no Brasil. Revista Praia Vermelha, nº 14&15, p.130-154. Rio de Janeiro: ESS/UFRJ, 1º/2º sem. 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

PRIORE, Mary Del (org). História das crianças no Brasil. São Paulo. Contexto. 1996.

RAGO, Margareth. Do Cabaré a o Lar: A utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irmã. A institucionalização de crianças no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, v 20(2), p. 71 – 99, 1995.